PREFEITURA DE
Simplício Mendes
CONSTRUINDO UM FUTURO MELHOR

# TERMO DE CONTRATO Nº 02.0510/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **108/2026**
DISPENSA PRESENCIAL Nº **009/2026**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **02.0510/2026** QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMPLÍCIO MENDES -PI, E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, **A EMPRESA CHRISTHOFER RODRIGUES CARVALHO.**

A Prefeitura Municipal de Simplicio Mendes, estado do Piauí, sediada na Praça Dom Expedito Lopes, número 80, bairro Centro, CEP 64.700-000, cidade de Simplicio Mendes - PI, inscrita no CNPJ sob o **nº 06.553.952/0001-19,** neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **Márcio José Pinheiro Moura,** inscrito no CPF sob nº 020.539.143-51, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa **CHRISTHOFER RODRIGUES CARVALHO** com sede e foro na cidade de Simplício Mendes, Estado do Piauí, estabelecida à Rua Nossa Senhora Sra. Do Perpetuo Socorro, S/N, bairro: Nova Cidade, CEP: 64.700-000, inscrita no CNPJ sob o nº 52.759.490/0001-08, aqui representada por Christhofer Rodrigues Carvalho, inscrito(a) no CPF sob o nº 614.277.423-08, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 108/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 009/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Processo Administrativo epigrafado, incluído o Termo de Referência constante nos autos, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, projetos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **Contratação de empresa especializada em locação de brinquedos infantis, máquinas de algodão doce e sorvete, para a comemoração do dia das crianças no município de Simplício Mendes – PI,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e na proposta da Contratada, os quais integram este instrumento, independentemente de transcrição.

| LOTE 1 – SIMPLÍCIO MENDES (CIDADE) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UND** | **QUANT.** | **MÉDIA** | **V. TOTAL** |
| 1 | CAMA ELÁSTICA 5X5 | UND | 5 | R$ 500,00 | R$ 2.500,00 |
| 2 | CAMA ELÁSTICA TRADICIONAL QUADRADA DE 2 SALTOS | UND | 1 | R$ 1.100,00 | R$ 1.100,00 |
| 3 | FAZENDINHA CHEIO DE BICHINHO 6X8M | UND | 1 | R$ 650,00 | R$ 650,00 |
| 4 | SAFARE PULA PULA C/BICHINHOS 6X8M | UND | 1 | R$ 650,00 | R$ 650,00 |
| 5 | PISCINA DE BOLINHAS C/BICHINHOS 6X8M | UND | 1 | R$ 650,00 | R$ 650,00 |
| 6 | PISCINA TRADICIONAL DE BOLINHA C/BICHINHOS 6X6M | UND | 1 | R$ 650,00 | R$ 650,00 |
| 7 | TOBOGÃ SAFARI 6X10M | UND | 1 | R$ 1.050,00 | R$ 1.050,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 8 | TOBOGÃ KID SPLAY C/BICHINHOS E ESCORREGADOR 6X11M | UND | 1 | R$ 1.050,00 | R$ 1.050,00 |
| 9 | TOBOGÃ ESCORREGADOR GIGANTE E PISCINA DE BOLINHA 7X13M | UND | 1 | R$ 1.550,00 | R$ 1.550,00 |
| 10 | ESCORREGADOR GRANDE C/BICHINHOS E PISCINA DE BOLINHAS 7X13M | UND | 1 | R$ 1.670,00 | R$ 1.670,00 |
| 11 | CARROSSEL C/ELEFANTE E CAVALINHO BRINQUEDO INFANTIL 7X7M | UND | 1 | R$ 1.580,00 | R$ 1.580,00 |
| 12 | BARQUINHA CANOA 5X8 | UND | 1 | R$ 2.480,00 | R$ 2.480,00 |
| 13 | MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE (COM FORNECIMENTO NÃO INFERIOR A 1000 UNIDADES CADA MÁQUINA – COM TODOS OS INGREDIENTES INCLUSOS) | UND | 4 | R$ 550,00 | R$ 2.200,00 |
| 14 | MÁQUINA DE SORVETE TRADICIONAL COM FORNECIMENTO NÃO INFERIOR A 1000 UNIDADE CADA MÁQUINA – COM TODOS OS INGREDIENTES INCLUSOS | UND | 4 | R$ 800,00 | R$ 3.200,00 |
| **VALOR TOTAL** | | | | | **R$ 20.980,00** |

**LOTE 2 – LOCALIDADE MORRO DOS CAVALOS**

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANT. | MÉDIA | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | CAMA ELÁSTICA 5X5 | UND | 1 | R$ 500,00 | R$ 500,00 |
| 2 | FAZENDINHA CHEIO DE BICHINHO 6X8M | UND | 1 | R$ 550,00 | R$ 550,00 |
| 3 | PISCINA DE BOLINHAS C/BICHINHOS 6X8M | UND | 1 | R$ 550,00 | R$ 550,00 |
| 4 | TOBOGÃ ESCORREGADOR GIGANTE E PISCINA DE BOLINHA 7X13M | UND | 1 | R$ 1.400,00 | R$ 1.400,00 |
| 5 | MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE (COM FORNECIMENTO NÃO INFERIOR A 1000 UNIDADES CADA MÁQUINA – COM TODOS OS INGREDIENTES INCLUSOS) | UND | 1 | R$ 500,00 | R$ 500,00 |
| 6 | MÁQUINA DE SORVETE TRADICIONAL COM FORNECIMENTO NÃO INFERIOR A 1000 UNIDADE CADA MÁQUINA – COM TODOS OS INGREDIENTES INCLUSOS | UND | 1 | R$ 800,00 | R$ 800,00 |
| **VALOR TOTAL** | | | | | **R$ 4.300,00** |

**LOTE 3 – LOCALIDADE LAGOA DA CARIDADE**

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANT. | MÉDIA | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | CAMA ELÁSTICA 5X5 | UND | 1 | R$ 500,00 | R$ 500,00 |
| 2 | FAZENDINHA CHEIO DE BICHINHO 6X8M | UND | 1 | R$ 550,00 | R$ 550,00 |
| 3 | PISCINA DE BOLINHAS C/BICHINHOS 6X8M | UND | 1 | R$ 550,00 | R$ 550,00 |
| 4 | TOBOGÃ ESCORREGADOR GIGANTE E PISCINA DE BOLINHA 7X13M | UND | 1 | R$ 1.400,00 | R$ 1.400,00 |
| 5 | MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE (COM FORNECIMENTO NÃO INFERIOR A 1000 UNIDADES CADA MÁQUINA – COM TODOS OS INGREDIENTES INCLUSOS) | UND | 1 | R$ 500,00 | R$ 500,00 |
| 6 | MÁQUINA DE SORVETE TRADICIONAL COM FORNECIMENTO NÃO INFERIOR A 1000 UNIDADE CADA MÁQUINA – COM TODOS OS INGREDIENTES INCLUSOS | UND | 1 | R$ 800,00 | R$ 800,00 |

| | |
|---|---|
| **VALOR TOTAL** | **R$ 4.300,00** |
| **VALOR TOTAL DOS LOTES** | **R$ 29.580,00** |

2.1.1. A execução dos serviços ocorrerá conforme ordens de serviço ou demandas emitidas pela Administração Pública, observados os prazos e condições definidos no Termo de Referência.
2.1.2. Os serviços deverão ser executados nos prazos definidos no Termo de Referência e neste contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO**
3.1. Deverão ser observadas as seguintes disposições:
3.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo previsto no **Termo de Referência da Contratação**, mediante termo detalhado, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
3.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo previsto no **Termo de Referência da Contratação**, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
3.1.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo previsto no **Termo de Referência da Contratação**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
3.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil, técnica e profissional pela adequada execução do contrato, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO**
4.1. O valor total da contratação é de **R$ 29.580,00 (vinte e nove mil quinhentos e oitenta reais).**
4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a contratada dependerão dos serviços efetivamente executados.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**
5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.
5.2. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
5.2.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento
5.3. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste a execução dos serviços descritos na nota fiscal ou fatura apresentada.
5.4. Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal ou fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
5.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal ou fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
5.7. A Nota Fiscal ou fatura correspondente deverá ser entregue, pela CONTRATADA, diretamente ao Fiscal deste Contrato, que somente atestará a execução do objeto e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.
5.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Fiscal deste Contrato e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
5.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas: I=(TX/100)/365; EM= I x N x VP, onde: I = índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.
5.10. A atualização só será devida em caso de mora imputável exclusivamente ao contratante.
5.11. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:
a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;
b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);
c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, ou outra equivalente, na forma da lei.
5.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

**CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
6.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
6.8. O índice a ser aplicado corresponde ao acumulado no período de um ano.
6.9. O reajuste será realizado por apostilamento.
6.10. Nos casos em que não tenha havido pedido de reajuste anterior, o índice a ser aplicado deve corresponder ao acumulado no período de um ano contado do pedido de reajuste, que passará a ser o marco também para novos reajustes.
6.11. Competirá à Contratada exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato ou deixar expirar o prazo de vigência, ocorrerá a preclusão do seu direito ao reajuste.
6.12. Deverá o gestor do contrato diligenciar no sentido de assegurar que a economicidade do vínculo contratual será mantida mesmo após o reajuste, juntando aos autos documentação comprobatória da atual compatibilidade do valor do contrato com a realidade de mercado.
6.13. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste que prejudique a economicidade do valor contratual, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com a realidade do mercado.
6.14 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 a 132 da Lei nº 14.133/2021.
6.15. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Simplício Mendes - PI, conforme classificação descrita abaixo:

| TIPO | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| FONTE | 500 – TESOURO |
| ELEMENTO DE DESPESA | 33.90.39 – SERVIÇOS DE TERCEIRO – P. JURIDICA |
| PROJETO DA ATIVIDADE | 2.153 – APOIO AS ATIVIDADES CULTURAIS, FESTIVIDADES, COMEMORAÇÕES E HOMENAGENS – **13.392.0010.2153** / 2.034 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO – **13.122.0010.2034** |

7.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não será exigida garantia de execução da contratada.

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da contratante:
9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos materiais produzidos, para que sejam feitas as correções pertinentes;
9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
**9.1.6. Disponibilizar a presente contratação no Portal Nacional de Compras Públicas ou, em caso de indisponibilidade, em página da Contratante na Internet e no Diário Oficial, conforme Acórdão TCU nº 2758/2021 – Plenário.**
9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato, no Termo de Referência e na proposta apresentada, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto contratual e, ainda:
10.1.1. Executar os serviços contratados em conformidade com as especificações técnicas, prazos, condições e orientações estabelecidas pela CONTRATANTE;
10.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
10.1.3. Indicar representante responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela interlocução com a CONTRATANTE;
10.1.4. Prestar os serviços com observância das boas práticas aplicáveis à comunicação institucional, publicidade institucional, produção de conteúdo informativo, cobertura fotográfica e tratamento de imagens, responsabilizando-se pela qualidade técnica dos materiais produzidos;
10.1.5. Executar os serviços de forma contínua, organizada e compatível com as necessidades da Administração Pública, observando os princípios da eficiência, publicidade, transparência e interesse público;
10.1.6. Atender prontamente às solicitações, orientações e determinações da fiscalização contratual, prestando os esclarecimentos necessários acerca da execução dos serviços;
10.1.7. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer situação que possa comprometer, dificultar ou atrasar a execução do objeto contratado;
10.1.8. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários decorrentes da execução do contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;
10.1.9. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
10.1.10. Manter sigilo sobre informações, documentos, imagens, dados ou conteúdos institucionais a que tiver acesso em razão da execução contratual, utilizando-os exclusivamente para fins relacionados ao objeto do contrato;
10.1.11. Realizar, quando necessário, os ajustes, correções, complementações ou reexecuções dos serviços que apresentarem inconsistências, falhas ou desconformidades em relação às exigências da CONTRATANTE, sem ônus adicional para a Administração;
10.1.12. Disponibilizar os materiais produzidos em formato digital compatível com sua utilização institucional, observando padrões adequados de qualidade técnica;
10.1.13. Apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, relatórios, registros ou informações relacionadas à execução dos serviços contratados;

10.1.14. Observar a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, direitos autorais, uso de imagem e demais normas pertinentes à execução dos serviços de comunicação institucional;
10.1.15. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas neste contrato, salvo autorização expressa da CONTRATANTE, quando admitida a subcontratação nos termos do instrumento contratual;
10.1.16. Zelar pela boa qualidade dos serviços executados, utilizando recursos técnicos e operacionais adequados à perfeita execução do objeto contratual.

**CLÁUSULA ONZE – FISCALIZAÇÃO**

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**CLÁUSULA DOZE – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.
12.2. Conforme art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) dar causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
12.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
a) advertência;
b) multa;
c) impedimento de licitar e contratar;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
12.4. A sanção prevista na alínea "a" do subitem 12.3 será aplicada exclusivamente pela

infração administrativa prevista na alínea "a" do subitem 12.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.5. A sanção prevista na alínea "b" do subitem 12.3, calculada na forma do item 12.11 deste contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 12.2.

12.6. A sanção prevista na alínea "c" do subitem 12.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do subitem 12.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7. A sanção prevista na alíne "d" do subitem 12.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l", do subitem 12.2, bem como pelas infrações administrativas previstas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do referido subitem que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 12.6 e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.8. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 12.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do referido subitem.

12.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.10. Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

a) civilmente, nos termos do Código Civil;

b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;

c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

12.11. O cálculo da sanção de multa observará os seguintes parâmetros:

12.11.1. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada conforme os seguintes percentuais:

a) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, até o limite correspondente a 10 (dez) dias;

b) de 0,7% (sete décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 20 (vinte) dias; e

c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.11.2. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

a) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;

b) Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e

c) Cometer qualquer infração às normas federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

12.11.3. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

a) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

**b)** Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

**12.12.** Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA enquanto pendente de quitação qualquer penalidade aplicada.

**12.13**. Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes nos arts. 157 a 160 da Lei nº 14.133/2021.

**12.14.** As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**CLÁUSULA TREZE – DA RESCISÃO**

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021:

13.3.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

13.3.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

13.3.3. Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

13.3.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

13.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

**CLÁUSULA QUATORZE – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e municipais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA QUINZE – DA VIGÊNCIA**

15.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, decorrendo de sua assinatura, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.1. Em caso de indisponibilidade das funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverá o extrato do contrato ser publicado na página da internet da Contratante e no Diário Oficial, conforme Acórdão TCU nº 2458/2021 – Plenário.

15.2. Tratando-se de serviços ou fornecimentos continuados, o Contrato poderá ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite de 10 (dez) anos.

15.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

15.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
15.5. A Administração terá a opção de extinguir o contrato de serviço ou fornecimento continuados, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme art. 106, III, da Lei nº 14.133/2021.
15.6. Caso se trate de serviço não continuado, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da Lei nº14.133/2021.
15.6.1. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:
a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**CLAUSULA DEZESSEIS – DA SUBCONTRATAÇÃO**
16.1. É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

**CLAUSULA DEZESSETE – DA PROTEÇÃO DE DADOS**
17.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pela CONTRATANTE.
17.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
17.3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

**CLAUSULA DEZOITO – DA ALOCAÇÃO DE RISCOS**
18.1. Não se aplica ao presente contrato a previsão de matriz de riscos.

**CLAUSULA DEZENOVE – DO FORO**
19.1. Fica eleito o foro da comarca de Simplício Mendes -PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

Simplício Mendes -PI, 05 de outubro de 2026

Márcio José Pinheiro Moura
**Prefeito Municipal de Simplício Mendes – PI**

CHRISTHOFER RODRIGUES CARVALHO
**CONTRATADA**
**CNPJ 52.759.490/0001-08**